



Birmânia: Parlamento Europeu apela à libertação de Aung San Suu Kyi

O que fazer em relação à Birmânia e ao sofrimento dos seus cerca de 50 milhões de habitantes foi o tema de um debate realizado no dia 11 de Fevereiro, Parlamento Europeu, em Estrasburgo. Com a aproximação das primeiras eleições em 20 anos, os eurodeputados instaram a junta militar a libertar a líder da oposição, Aung San Suu Kyi, em prisão domiciliária praticamente desde 1990. Laureada com o Prémio Nobel da Paz em 1991, Suu Kyi tornou-se o símbolo da oposição birmanesa.

"A Birmânia é um dos países mais frágeis do mundo no que se refere aos direitos humanos e a situação não parece melhorar", referiu a eurodeputada finlandesa Eija-Riitta Korhola (PPE), num debate que se caracterizou pela consensualidade, com todos os eurodeputados de acordo na condenação dos actos praticados pela junta militar birmanesa.

Para o britânico Charles Tannock (CRE), "os generais podem ignorar os nossos apelos, mas enquanto democratas temos o dever solene de denunciar as selvajarias que se verifiquem no mundo inteiro".

Liberdade política e eleições livres

"Os últimos deputados eleitos democraticamente, em 1990, ou foram detidos ou forçados a apresentar a demissão, num país onde existem mais de 2.000 presos políticos", lembrou a deputada francesa Marie-Christine Vergiat (GCEUE/ENV).

Por outro lado, "se as eleições se realizarem em conformidade com uma Constituição redigida pelas forças armadas, terão como único efeito legitimar cinco décadas de regime militar e garantir aos militares 25% dos lugares no Parlamento", alertou Véronique de Keyser, eurodeputada belga (S&D).

Os conflitos internos registados na Birmânia em Julho de 2009 resultaram em mais de 10.000 deslocados, incluindo 3.000 refugiados da minoria Karen, que se refugiaram na Tailândia e que as autoridades birmanesas queriam ver repatriados pelas autoridades tailandesas, pedido que Banguecoque recusou.

"Estamos gratos à Tailândia por ter recusado o pedido de repatriamento dos refugiados Karen para a Birmânia", acrescentou Eija-Riitta Korhola.

Resolução do Parlamento Europeu sobre a situação na Birmânia

O texto aprovado por unanimidade no plenário de Estrasburgo refere que "a situação dos direitos humanos na Birmânia/Mianmar continuou a deteriorar-se, que a repressão política se intensificou e que as liberdades fundamentais do povo birmanês têm sido sistematicamente violadas".

Além disso, lê-se no texto, "o exército continua a cometer violações dos direitos humanos contra civis em zonas de conflito étnico, incluindo execuções extrajudiciais, trabalho forçado e violência sexual", e o regime birmanês "prossegue o recrutamento forçado, generalizado e sistemático de crianças-soldados".

Na resolução, os eurodeputados manifestam a sua "profunda preocupação com o recente julgamento, condenação e sentença de Daw Aung San Suu Kyi", solicitando "a sua libertação imediata e incondicional" e o reconhecimento do seu "direito a participar nas eleições".

O PE "insta veementemente o Governo da Birmânia/Mianmar a adoptar sem demora as medidas necessárias para garantir um processo eleitoral livre, justo, transparente e inclusivo, com base em normas internacionais, nomeadamente adoptando a legislação eleitoral necessária, permitindo a participação de todos os eleitores e partidos políticos no processo eleitoral, e ainda aceitando observadores internacionais".

Na resolução parlamentar, os deputados ao PE solicitam "ao Governo Real da Tailândia que continue a proporcionar abrigo e protecção aos refugiados de etnia Karen que fogem à repressão na Birmânia/Mianmar" e instam "a Comissão Europeia, à luz do conflito persistente na fronteira entre a Tailândia e a Birmânia/Mianmar, a manter o apoio prestado pelo Serviço de Ajuda Humanitária da Comunidade Europeia (ECHO) à assistência aos refugiados na fronteira birmano-tailandesa em 2010".